



Intervenção proferida pelo Deputado Regional Luis Garcia sobre o plano de 2013 e OMP 2013-2016 – Março 2013

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo Regional

Encontramo-nos a debater aqueles que são, a par do programa do governo, os documentos mais importantes da governação: as suas Orientações de Médio Prazo e o seu Orçamento e Plano para este ano.

Um dos aspetos que devemos avaliar nestes documentos é a sua coerência com o discurso e com as propostas eleitorais. E no domínio dos aspetos relacionados com o Mar importa afirmar com desassombro que estes documentos não são coerentes com os discursos e com as palavras ditas e reditas.



O PS passou a campanha eleitoral a prometer que o Mar seria, agora, a grande aposta da sua governação.

Tal discurso parecia antever a atribuição de uma grande prioridade ao mar e às questões com ele correlativas.

Porém, o governo tarda em evidenciar e mostrar na prática tal aposta.

Começou por esconder o mar na sua orgânica.

No debate e no próprio programa do Governo não se percebeu qual era a política do governo para o mar.

E, agora, constata-se que uma das grandes lacunas do plano para 2013 é a inexistência de uma verdadeira estratégia para operacionalizar a prometida aposta no mar.

Nestes documentos estruturantes não há uma única referência, uma única linha para a economia do mar.

Numa Região em que os indicadores demonstram que a economia travou de forma assustadora menosprezar o potencial da economia do mar é, no mínimo, incompreensível.



*Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores*

Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo Regional

Se ao nível de uma política integrada para o mar estes documentos primam pela omissão, ao nível mais específico das pescas a característica é a falta de inovação.

Anunciam-se mais milhões para infraestruturas mas as políticas e as medidas são as mesmas do passado.

E se dúvidas existem desafio-vos a compararem o capítulo dedicado às pescas que faz parte das orientações de médio prazo 2009-2012 com o agora em análise, relativo ao período 2013-2016. São parágrafos inteiros copiados.

Porém, a diferença que nos parece mais substancial entre esses dois documentos tem a ver com a mudança de estratégia do governo em relação à defesa das 200 milhas.

O caminho jurídico até agora prosseguido parece, a crer no que está escrito nas orientações de médio prazo 2013-2016, que dará lugar a outro mais racional e eficaz, que apoiamos e defendemos, baseado numa abordagem

ambiental sólida e cientificamente fundamentada, no contexto da defesa do princípio das zonas biogeograficamente sensíveis.

Este caminho, aliás, já começou a dar frutos como aconteceu recentemente na aprovação do Regulamento Base do Política Comum de Pescas em que conseguimos que passassem a ser consideradas medidas específicas destinadas a proteger as zonas identificadas como sendo biogeograficamente sensíveis, como os montes submarinos em torno das regiões ultraperiféricas.

Esta vitória confirma a eficácia deste caminho em detrimento daquele que foi seguido anteriormente pelo Governo.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo Regional

O setor das pescas vive um momento difícil e de incertezas, resultado de problemas conjunturais e estruturais profundos.

O rendimento dos nossos pescadores decresce.

As capturas diminuem em consequência do depauperamento dos recursos haliêuticos pelo que não é possível nem desejável aumentar o esforço de pesca.

A frota para as pescarias que fazemos está sobredimensionada, fruto de um erro político que o Governo agora reconhece e, por isso, aponta como objetivo o abate da frota.

Paradoxalmente, a modernização encetada na nossa frota não a capacitou para pescar em outras áreas.

As empresas públicas do setor vivem constrangimentos financeiros graves que são mais um problema.

A diversificação tantas vezes apontada tarda a acontecer.

Plano após plano a aquacultura é apontada como uma prioridade mas sempre sem resultados práticos.

A piscicultura é uma opção não considerada.

A valorização do pescado exige novos e inovadores caminhos ao nível da transformação e uma rede de transportes eficaz e competitiva.

A qualificação dos recursos humanos e a dignificação das profissões da fileira das pescas é outro desafio que urge assumir.

O diagnóstico está feito. Agora é tempo das soluções.

Não basta, pois, anunciar mais milhões, o setor precisa de políticas adequadas.

O novo quadro de financiamento europeu que se avizinha, exige de políticos responsáveis uma reorientação das políticas e da aplicação dos respetivos meios financeiros de forma a procurarmos e a podermos ter resultados diferentes.

Se fizermos tudo da mesma forma obteremos resultados semelhantes. Seria de todo imperdoável que não aproveitássemos melhor mais esta oportunidade e que em 2020 viéssemos a estar novamente confrontados com os mesmos problemas.

Fica, pois, o apelo e o desafio para que haja disponibilidade governamental para novas, audazes e inovadoras soluções para este que é um importante setor económico da Região. E que na busca desse desiderato se cultive e mantenha o envolvimento ativo de todo o setor, bem como se potencie a mais-valia que para os Açores é a qualidade da nossa investigação científica.

O PSD/Açores não é responsável pelos problemas que afetam as pescas açorianas mas, também neste setor, disponibiliza-se para estar do lado das soluções.

Disse.